

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.051 - SC (2019/0082200-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : RAFAEL JOÃO SABINO (PRESO)
ADVOGADO : NATHÁLIA POETA - SC040441
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário constitucional em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RAFAEL JOÃO SABINO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no HC n.º 4005647-98.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Recorrente teve sua prisão temporária convertida em preventiva pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006 e 12 da Lei n.º 12.850/2013, uma vez que, juntamente com outros 63 investigados, foi denunciado por supostamente participar da organização criminosa PGC (Primeiro Grupo Catarinense) no Estado de Santa Catarina e de participar dos delitos coordenados por tal organização.

Contra a decisão que determinou a prisão preventiva, foi impetrado, pelo Recorrente, *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 39-50.

Nas presentes razões, o Recorrente, em suma, reitera os fundamentos do *writ* originário ao alegar que a prisão preventiva não se encontra concretamente motivada, pois fundamentada em elementos que, embora comprovem a materialidade do delito, não são aptos a comprovar a autoria por parte do Recorrente, dado que a sua suposta participação na organização criminosa é fundamentada apenas em um bilhete encontrado no presídio e que cita o nome do Recorrente, mas sequer foi escrito por ele.

Afirma que:

"o bilhete não foi escrito pelo acusado, tampouco se trata de inscrição em organização criminosa.

Também não há filmagens, troca de mensagens, cartas, interceptações telefônicas ou qualquer outro meio de prova nos autos que ligue de fato Rafael João à suposta organização criminosa PGC" (fl. 58)

Atesta que não há indícios de que ameaçaria a regular produção de provas ou a ordem pública, pois possui residência fixa e não integra organização criminosa, além

de se encontrar "*recluso pelo cometimento de outro delito, não oferecendo nem sequer um motivo que leve a crer que poderá empreender fuga para se esquivar do processo crime*" (fl. 59).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja determinada a expedição de alvará de soltura, substituindo-se a prisão pelas medidas cautelares cabíveis.

É o relatório inicial. Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Ao determinar a prisão preventiva do Recorrente, a Juíza de Primeiro Grau consignou haver indícios de sua participação na organização criminosa, conforme se observa (fls. 2449-2467; sem grifos no original):

"Quanto aos requisitos previstos no art. 312 do CPP, verifico estar presente o fumus commissi delicti, consistente na prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, caracterizados pelas provas documentais e orais colhidas no Inquérito Policial n. 540.18.000080, juntado à fls. 1523-2114, 2127-2136, 2139-2199, e especialmente pelos autos circunstanciados de fls. 76-176 e pelo relatório da autoridade policial de fls. 1499-1519.

Por sua vez, no que se refere ao periculum libertatis, a segregação cautelar dos Representados se justifica para a garantia da ordem pública, não só pela gravidade em concreto do crime ora apurado, considerada a alta periculosidade e lesividade das ações delitivas praticadas pela organização criminosa PGC no Estado de Santa Catarina - desde crimes de roubos, tráfico, porte de armas de grosso calibre, até homicídios e atentados contra a paz e a segurança públicas -, como também em razão das condições pessoais dos Representados, os quais supostamente integram a referida facção, o que, por si só, evidencia o maior grau de periculosidade de suas condutas.

Extrai-se da extensa, complexa e detalhada operação policial desencadeada pela Autoridade Policial da Divisão de Investigação

Criminal de Palhoça/SC, elementos indiciários suficientes de que os representados integram de forma ativa a organização criminosa Primeiro Grupo Catarinense-PGC, dedicando-se ao tráfico de drogas como principal atividade do grupo e fazendo uso de armas de fogo.

Segundado relatado pela autoridade policial, fora encontrado aparelho celular na galeria C da Colônia Penal Agrícola em Palhoça, o qual apresentava conteúdos referentes ao grupo criminoso Primeiro Grupo Catarinense - PGC (termo de apreensão de fl. 1528).

Em análise do aparelho apreendido, constatou-se, em relação a arquivo do aplicativo Whatsapp, discussão de assuntos da facção PGC na Colônia Penal Agrícola da Palhoça. Na ocasião, foram identificados os internos Jhones Ramos, vulgo 'alemão, alemãozinho' e o interno Marcos Joaquim Pereira de Souza, vulgo 'orelha'.

Marcos Joaquim Pereira de Souza, identificado como usuário do aparelho apreendido (fls. 93-95), repassa aos internos que o segundo ministério do PGC, situado no COPE, com a denominação nas mensagens de 'torre da facção', solicita os dados de todos os integrantes que se encontram na unidade, como nome completo, vulgo, data de entrada na facção, nome dos padrinhos e local onde atua, com o intuito de se criar matrículas individuais aos faccionados.

Foi possível identificar o cadastro, através de arquivos enviados por Jhones Ramos a Marcos Joaquim Pereira de Souza, dos seguintes internos: Isaque Veloso, Fabricio Alexandre, Wilson Pereira, Wellinton de Assunção, Adriano dos Santos, Jeferson Luiz Zonin, Jhones Ramos, Marco Antonio Andrade Pavan, Luiz Carlos de Oliveira, Flaviano Vieira, Adriano Patrício Duarte, Fernando Roberto Vieira, Maico Vicente de Avila, Doryel Laurindo Rodrigues, Rafael Lamim, José Luiz Rodrigues de Souza, Dirvo Augustinho da Silva Júnior, Fernando Isaías de Melo, Edson Rafael Junco, Erik dos Santos Borba, André Espíndola, Eziel Correia de Oliveira, Wilian Fernando Delicolo, Juliano Cordeiro dos Santos, Jean Alfredo Pedroso, ***Rafael João Sabino***, Edinelson Fagundes da Costa, Paulo Henrique Soares, Willian Anderson Souza, Cleitiano Machado, Maicon Pereira dos Santos, Ericson Barcelos dos Santos, Luciano dos Santos, Maiko Jean Bernardo, Nodinei Oberge, José Paulo Silva Pedro e Jailton Soares (fls. 84-85).

Ainda, segundo a autoridade policial, nas pastas de armazenamento do aparelho celular analisado foram encontrados diversos documentos sobre as regras implementadas nas unidades prisionais e o estatuto do crime.

Os investigados já foram devidamente individualizados na decisão de fls. 180-198, onde se transcreveram as ocorrências policiais nas quais já se envolveram. Reporto-me à referida decisão para evitar repetição.

Acerca dos antecedentes criminais dos acima indicados, passo a expor:

[...]

Rafael José Sabino: possui condenação criminal por homicídio, posse e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e furto

qualificado (fls. 2284-2287).

[...]

A autoridade policial, diante das prisões temporárias cumpridas, interrogou os investigados que se encontravam detidos em razão do deferimento da representação, bem como aqueles em regime de cumprimento de pena no sistema prisional.

Os interrogados, em sua maioria, sustentam que os presos, assim que recolhidos no estabelecimento prisional Colônia Penal de Palhoça, devem informar imediatamente os seus dados, como nome completo, endereço e tipo de crime praticado, tratando-se, pois, de uma obrigação que não os vincularia à facção criminosa PGC.

Em oposição, os investigados Paulo César Metzner e Diego Farias de Lima confessam ciência da criação de cadastro dos internos faccionados.

Relatam que o objetivo era o envio da nominata à alta cúpula da facção, que se encontra na Penitenciária São Pedro de Alcântara, para criação de matrículas aos membros do Primeiro Grupo Catarinense - PGC.

Referidos investigados esclareceram, ainda, em interrogatório, que o termo data de batismo não se trata de batismo religioso, mas, sim, de referência à data de ingresso na facção.

Nesse contexto, resta demasiadamente evidenciada a necessidade da segregação de 63 (sessenta e três) representados, visando acauletar a ordem pública, justificada pela gravidade concreta dos delitos, cuja prática acarreta danos a toda a sociedade, e periculosidade dos envolvidos, aliada a probabilidade de que, em liberdade, continuarão a desempenhar suas funções na organização criminosa PGC, praticando as mais variadas espécies de crimes em nome da facção.

[...]

A prisão preventiva também se justifica, no caso, por conveniência da instrução criminal, evitando que os representados exerçam qualquer tipo de influência que possa frustrar a produção de provas, seja eliminando objetos do crime ou até coagindo testemunhas.

Por fim, ressalto que os denunciados sequer comprovaram desenvolver atividades lícitas e possuírem residência fixa no distrito da culpa, o que, de todo o modo, ainda que demonstrado, não afastaria a presença dos demais requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Com efeito, consoante se extrai da pacífica jurisprudência a respeito, bons predicados como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, por si sós, não servem de fundamento para a liberdade no curso do processo, quando demonstrada a presença dos requisitos da prisão preventiva, como é o caso dos autos.

[...]

Diante dessas circunstâncias, não há dúvidas de que estão presentes as razões que justificam a prisão preventiva, previstas no art. 312 do CPP, diante da necessidade de se resguardar a ordem pública.

Pelos mesmos fundamentos, resta inviabilizada a substituição da

prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do CPP, pois entendo que, por ora, nenhuma delas daria conta de acautelar a ordem pública, obstar a reiteração das práticas delitivas, bem como garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Diante do exposto, com amparo nos arts. 312 e 313, I, do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos denunciados: [...] 26. Rafael João Sabino, [...]

II - Analisando o teor da Denúncia (fls. 2174/2189), verifico que estão preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal, com a suficiente exposição dos fatos criminosos e suas circunstâncias, menção às condutas dos acusados, bem como quando e onde foram praticadas.

Além disso, os acusados foram qualificados, sendo possível identificá-los, mencionando-se, no mais, a classificação legal dos crimes que teriam sido praticados.

Estão presentes, também, os pressupostos processuais e as condições exigidas para o exercício da ação penal (art. 395, II, CPP).

Do mesmo modo, verifica-se dos documentos que embasam a Denúncia que há justa causa para o exercício da ação penal (art. 395, III, CPP), pois a materialidade dos crimes e os indícios de autoria estão evidenciados nos elementos de prova contidos no Auto de Prisão em Flagrante e demais atos realizados durante as investigações.

Assim, RECEBO a Denúncia contra os acusados: [...] 26. Rafael João Sabino, [...]"

No voto condutor do acórdão ora impugnado, consignou o Relator o que se segue a respeito da prisão preventiva (fls. 44-50; sem grifos no original):

"No caso em estudo, o crime imputado ao paciente esta previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, I e IV, da Lei n. 12.850/2013 ('promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa'), o qual estabelece pena privativa de liberdade máxima que supera quatro anos, o que torna possível a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313, I, do CPP.

Inicialmente, defende a impetrante que a argumentação resultante para a decretação da prisão preventiva residira da gravidade abstrata do delito, de modo que carece de fundamentação que justifique de fato a segregação.

Melhor sorte não lhe socorre no ponto.

Isso porque a decisão combatida, para fundamentar o decreto preventivo, assim deliberou:

[...]

Portanto, observa-se que o decreto prisional está devidamente alicerçado no caso concreto, não se pautando na gravidade abstrata do crime imputado ao paciente, bem como se apoiou em situações relativas às suas condições pessoais. Assim, ao contrário do alegado, não ficou

demonstrada a ausência ou deficiência de sustentáculo argumentativo, tendo sido suficientemente cumprido o mandamento Constitucional expresso no art. 93, IX, da CF/1988.

De outro ponto, sustenta a impetrante a ausência dos requisitos previstos nos arts. 312 e 313 do CPP, em razão do paciente possuir residência fixa e vínculo de emprego, além de não haver indícios de integrar organização criminosa.

A tese, contudo, não merece guarida, por existirem fundadas razões da participação do paciente na facção denominada como "PGC", provas estas consistentes em documentos (cartas e manuscritos) e transcrições de conversas via aplicativo 'Whatsapp' colhidas no Inquérito Policial n. 540.18.000080, instaurado pela Divisão de Investigação Criminal de Palhoça - DEIC (p.1.499-1.519, 1.523-2.114, 2.139-2.199 dos autos originários).

Segundo relatado pela autoridade policial, foram encontrados no dia 16-5-2018 um aparelho celular e cartas/manuscritos na galeria C da Colônia Penal Agrícola em Palhoça, ocasião em que, após as diligências necessárias, foram identificados e individualizados 63 (sessenta e três) possíveis membros da referida organização criminosa, dentre eles o paciente.

Destaca-se que a organização criminosa da qual supostamente faz parte o paciente está organizada por um 'Estatuto' (termo de apreensão à p. 9 dos autos originários) e vem de forma ordenada e hierarquizada praticando crimes graves, em especial tráfico de drogas e patrimoniais, além de possuir conexões com outros grupos criminosos, como o Comando Vermelho (CV), facção criminosa do Rio de Janeiro, e Família do Norte (Amazonas) (p. 2.434), com o que denota a efetiva periculosidade de seus integrantes.

Embora a impetrante tenha sustentado, para eximir o paciente da segregação, que este possui residência fixa e ocupação lícita, é de se frisar que tais circunstâncias, por si sós, não justificam a postulada revogação da custódia processual, máxime porque há lastro probatório mínimo de autoria e materialidade em relação ao crime a si imputado.

[...]

Além disso, constata-se que o paciente possui outros processos criminais contra si, tendo sido condenado, com decisões transitadas em julgado, como incurso nos crimes de homicídio qualificado (art. 121, § 2o, I, do CP), furto qualificado (art. 155, § 4o, IV, CP) e tráfico de drogas (art. 16, caput, da antiga Lei n. 6.368/76) (p. 2.284-2.287), o que demonstra a sua inclinação às práticas delitivas.

Portanto, conforme bem destacado pelo parquet desta instância, "a motivação apresentada pela Magistrada a quo ainda persiste e não foi baseada exclusivamente na gravidade genérica do crime praticado pelo paciente, ao contrário. Do que se verifica da decisão do Juízo a quo, a prisão foi motivada nos fatos concretos e na situação pessoal do paciente" (p. 30).

Sendo assim, tem-se que no caso concreto ficou comprovada a presença dos requisitos que autorizam a restrição cautelar da liberdade

do

paciente, não sendo possível cogitar-se de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do habeas corpus e denegar a ordem."

Como se percebe, os fundamentos das decisões que mantêm a prisão preventiva do Recorrente, em razão da necessidade de garantia da ordem pública, não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam a **gravidade concreta da conduta** – demonstrada pelo suposto envolvimento do Acusado em organização criminosa – a revelar, aparentemente, sua **periculosidade**.

Segundo precedentes desta Corte Superior, considera-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva em razão de haver indícios da participação do réu em organização criminosa. Confirmam-se:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DO ENCARCERAMENTO. GRAVIDADE DO DELITO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. QUANTIDADE DE ENTORPECENTE. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A aferição sobre a ausência de indícios de autoria demanda revolvimento fático-probatório não condizente com a angusta via do habeas corpus, devendo ser a questão dirimida no trâmite da instrução criminal.

2. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, cifrada na apreensão de grande quantidade de entorpecente - 75 tijolos de maconha, totalizando 30.000 gramas -, além de petrechos relacionados ao tráfico de drogas, demonstrando a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.

3. Nesse contexto, indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porque insuficientes para resguardar a ordem pública.

4. Ordem denegada." (HC 448.783/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; sem grifos no original.)

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REITERAÇÃO

DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS.
IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs fez referência ao fato de o recorrente integrar organização criminosa voltada para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes denominada 'Demônios de São Tomás'. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas.

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

4. Ademais, o recorrente apresenta duas anotações criminais (tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), estando inclusive usufruindo do benefício de liberdade provisória quando dos fatos ora em análise, evidenciando sua reiterada atividade delitiva. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública.

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso ordinário desprovido." (RHC 81.267/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017 – sem grifos no original.)

Ademais, o entendimento desta Corte é o de que o anterior cometimento de crimes constitui circunstância que legitima a prisão processual, notadamente para assegurar a ordem pública. Exemplificativamente, cito o seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs fez referência ao fato de o recorrente integrar organização criminosa voltada para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes denominada 'Demônios de São Tomás'. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas.

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

4. Ademais, o recorrente apresenta duas anotações criminais (tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), estando inclusive usufruindo do benefício de liberdade provisória quando dos fatos ora em análise, evidenciando sua reiterada atividade delitiva. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública.

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso ordinário desprovido." (RHC 81.267/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 23/6/2017 – sem grifos no original.)

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente para que preste esclarecimentos precisos sobre a prisão processual imposta à Parte Recorrente.

Oficie-se, ainda, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para que encaminhe a senha ou a chave de acesso para consulta dos andamentos dos procedimentos referentes aos presentes fatos, caso seja necessária.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

